

CONGRESSO NACIONAL

MPV - 440

00257

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| Data 29/ 08/2008 | | | Medida Provisória nº 440, de 2008 | | | | |
|---------------------|--|---------|-----------------------------------|---------|---------------|-------------|---|
| | | | Pedro Ergério | | | | nº do prontuário |
| 1. | Supressiva | 2. | substitutiva | 3. 🗆 | modificativa | 4. Daditiva | 5. Substitutivo globa |
| | Página | A | rtigo 23 | | | | |
| _ | | | | EXTO/ | JUSTIFICAÇÃO | | |
| | Suprima-se o artigo 23 da MPV 440/2008. "Art. 23. Os integrantes da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do Banco Central do Brasil e suas unidades nas seguintes situações: I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União; II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS 4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais; III - cessão para o exercício de cargos em comissão nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda: a) Gabinete do Ministro de Estado; b) Secretaria-Executiva; c) Secretaria de Política Econômica; d) Secretaria de Acompanhamento Econômico; e) Secretaria de Acompanhamento Econômico; e) Secretaria do Tesouro Nacional; g) Secretaria de Tesouro Nacional; i) Conselho de Controle de Atividades Financeiro Nacional; i) Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; i) Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF; IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e V - cessões para o exercício dos cargos de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de dirigente máximo de entidade da administração pública daqueles entes federados." Justificativa: Justifica-se a supressão do art. 23 no fato do mesmo estar regulamentando matéria já definida no art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, sendo, portanto desnecessário. | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | esentan | tes dos serv | ridores | atingidos pel | | ido entre o Governo ulamenta a matéria e 134. |
| | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | | | | | | PARLAMENTAR |
| | Brasília, 03/0 | 9/2008. | | T | | | |

Senado Federal Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas Recebido em<u>04/09/2008</u>, às<u>[0:00</u>/

